



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

DECRETO MUNICIPAL Nº 6.420/2020

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA O REPASSE DOS VALORES DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DE APOIO AO SETOR CULTURAL, NOS TERMOS PRECONIZADOS PELA LEI 14.017/2020 E O DECRETO FEDERAL 10.464/2020.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IV do artigo 66 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, no município de Jerônimo Monteiro, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 2º. O Município, por meio do Fundo Municipal de Cultural instituído pela Lei Municipal Nº 1.796/2020 e, receberá da União, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 102.418,38 (cento e dois mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e oito centavos) para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 14.017 de 2020, observado o seguinte:

I - compete ao Município distribuir os subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017 de 2020; e



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

II - compete ao Município elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 14.017 de 2020.

§ 1º Do valor previsto no caput, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso III do caput.

§ 2º Os beneficiários dos recursos contemplados na Lei nº 14.017 de 2020, e neste Decreto, deverão residir e estar domiciliados no território municipal.

§ 3º Para a execução das ações emergenciais previstas no inciso III do Art.2º da Lei nº 14.017 de 2020, o município definirá em conjunto com o Estado, o âmbito em que cada ação emergencial será realizada, de modo a garantir que não haja sobreposição entre os entes federativos.

§ 4º O Município por meio deste Decreto adota os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos na forma prevista neste artigo, observado o disposto na Lei nº 14.017 de 2020 e no Decreto Federal 10.464 de 2020.

§ 5º O pagamento dos recursos destinados ao cumprimento do disposto no inciso II do caput deste artigo fica condicionado à verificação de elegibilidade do beneficiário, realizada por meio de consulta prévia a base de dados em âmbito federal disponibilizada pelo Ministério do Turismo, conforme reza o Decreto Federal 10.464, de 2020.

§ 6º A verificação de elegibilidade do beneficiário de que trata o § 5º não dispensa a realização de outras consultas a bases de dados do Estado e do Município que se façam necessárias.

§ 7º As informações obtidas de base de dados do Estado e do Município deverão ser homologadas pelo Ministério do Turismo, assumindo também esse último a responsabilidade conjunta pela confiabilidade e fidedignidade do cadastro homologado.



§ 8º Na hipótese de inexistência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o Município informará o Cadastro de Pessoa Física (CPF) que vincule o solicitante à organização ou ao espaço beneficiário.

CAPÍTULO II

DO SUBSÍDIO MENSAL

Art. 3º. O subsídio mensal de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017 de 2020 deste Decreto terá valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pago em parcela única aos espaços culturais do município de acordo com os critérios e pontuações constantes nos anexos I e II deste Decreto e descritos abaixo:

§ 1º - O Espaço cultural deve possuir finalidade artística/cultural e estar com suas atividades suspensas por força das medidas de isolamento social e também deverá comprovar:

I - **Tempo de atuação:** o solicitante do benefício de que trata o artigo 2º da Lei 14.017/2020 deverá comprovar tempo de atuação na atividade cultural, preferencialmente, por meio de:

- a) requerimento para subsídio mensal
- b) portfólio contendo folders, panfletos, cartazes de eventos, vídeos realizados pelo solicitante impresso ou digital em pelo menos uma das áreas e linguagens culturais relacionadas no art. 8º da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.
- c) notas fiscais, contratos de prestação/recibos de serviços realizados pelo solicitante, para atestar os serviços ou fornecimentos efetivamente prestados; (ANEXO A) e (ANEXO B)
- d) matérias de jornais (impresso ou digital), sites de internet, redes sociais que demonstrem a realização do evento, desde que contenham a identificação do prestador e quem é o solicitante.
- e) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (quem tiver);
- f) somente para empresas/ microempresas/ associações: cópia atualizada do regimento, estatuto social, contrato social, certificado de microempreendedor individual ou requerimento do empresário e respectivas alterações posteriores



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição;

- g) somente para empresas/ microempresas/ associações: cópia da ata de eleição da atual diretoria, do termo de posse de seus dirigentes, devidamente registrado, ou do ato de nomeação de seus dirigentes;
- h) declaração de identificação do responsável por administrar o espaço ou grupo, contendo foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF e cópia da cédula de identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica.

II - **Custos mensais/despesas 2019:** o solicitante do benefício, de que trata o artigo 2º da Lei 14.017/2020, deverá comprovar despesas de manutenção da atividade cultural, realizadas durante o ano de 2019, conforme descrito no artigo 7º, § 1º e § 2º, tais como:

- a) internet;
- b) transporte;
- c) aluguel;
- d) telefone;
- e) consumo de água e luz;
- f) outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário podendo abarcar também pequenas reformas no espaço, manutenção de equipamentos, instrumentos, adereços e vestimentas; aquisição de material de papelaria, de construção ou insumo de construção e outros necessários à manutenção da atividade principal realizada pelo espaço cultural.

III - **Quantidade de trabalhadores do espaço cultural:** o solicitante do benefício de que trata o artigo 2º da Lei 14.017/2020 deverá informar o quantitativo de integrantes, diretamente envolvidos, que compõem a atividade cultural.

IV - **Alcance social de público:** o solicitante do benefício de que trata o artigo 2º da Lei 14.017/2020 deverá comprovar, por meio de fotos, vídeos, matérias de veiculação em imprensa, redes sociais ou outros meios disponíveis, o alcance social de público pela prática de sua atividade cultural, ou seja, provar se as pessoas têm acesso à prática de sua atividade cultural



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

§ 2º – Os critérios estabelecidos serão informados detalhadamente no relatório de gestão final na Plataforma +Brasil.

Art. 4º. Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso I do caput do art. 2º deste Decreto as entidades de que trata o referido inciso, desde que estejam com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e a homologação em, no mínimo, um dos seguintes cadastros:

I - Cadastros Estaduais de Cultura;

II - Cadastros Municipais de Cultura;

III - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;

IV - Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;

V - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

VI - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro;
e

VII - outros cadastros referentes a atividades culturais existentes no âmbito do ente federativo, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 2020.

§ 1º As entidades de que trata o inciso II do caput do art. 2º deverão apresentar autodeclaração, da qual constarão informações sobre a interrupção de suas atividades e indicação dos cadastros em que estiverem inscritas, acompanhados da sua homologação, quando for o caso.

§ 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o município por meio de parceria de cooperação técnica com o mapa cultural do Estado deverá adotar medidas que garantam inclusões e alterações nas inscrições ou nos cadastros, por meio de autodeclaração ou de apresentação de documentos, preferencialmente de modo não presencial.

§ 3º O subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro, ou seja, responsável por mais de um espaço cultural.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

§ 4º Após a retomada de suas atividades, as entidades de que trata o inciso II do caput do art. 2º ficam obrigadas a garantir como contrapartida a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública cultural do local.

a) Os beneficiários do subsídio previsto no inciso II do caput do Art. 2º da Lei Aldir Blanc deverão indicar no ato da inscrição sua proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços economicamente mensuráveis, essas atividades deverão estar descritas (duração, que tipo de atividade, tempo previsto, local, etc.) no requerimento autodeclaratório.

b) A contrapartida deverá ser compatível e inerente às atividades realizadas pelo beneficiário e ser de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total da proposta apresentada em bens e/ou serviços, próprios ou de terceiros, desde que economicamente mensuráveis.

c) Contrapartida economicamente mensurável consiste na apresentação da proposta de atividade que permita aferir se o custo de sua realização é proporcional ao valor de contrapartida definida no regramento.

d) A inexecução da contrapartida ocasionará a aplicação de penalidades previstas na Lei nº 9.904/2012.

e) Os beneficiários deverão protocolar para Diretoria de Cultura relatório detalhado de comprovação da contrapartida 120 dias a partir da liberação do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06 de 20 de março de 2020.

§ 5º Para fins de atendimento ao disposto no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020, os beneficiários do subsídio mensal previsto no inciso I do caput do art. 2º deste Decreto apresentarão ao responsável pela distribuição, juntamente à solicitação do benefício, proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços economicamente mensuráveis.

§ 6º Incumbe ao responsável pela distribuição do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º verificar o cumprimento da contrapartida de que trata este artigo. Em caso da contrapartida proposta não ser cumprida no mesmo ano do repasse



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

do recurso, a verificação da execução ficará a cargo do gestor de cultura responsável à época;

§ 7º Fica vedada a concessão do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 8º A lista de cadastros federais homologados será publicada em canal oficial do Governo Federal.

Art. 5º. O beneficiário do subsídio mensal previsto no inciso I do caput do art. 2º deste Decreto apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao ente federativo responsável, conforme o caso, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio mensal.

§ 1º A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 2º Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas realizadas em conformidade com o inciso II do Art. 3º deste Decreto.

§ 3º O Município responsável pela concessão do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º discriminará no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I os subsídios concedidos, de modo a especificar se as prestações de contas referidas no caput deste artigo foram aprovadas ou não e, em caso de não aprovação, adotar as seguintes providências:

I - em caso de não aprovação das contas apresentadas, o agente público notificará o beneficiário do subsídio mensal estabelecendo prazo de 45 dias para sanar as irregularidades constantes na prestação de contas;

II - após notificação e não sendo sanadas as irregularidades das contas prestadas, o agente público deverá notificar o beneficiário do subsídio acerca da necessidade de devolução do recurso para a conta específica do Fundo Municipal de Cultura;



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

III - não havendo obediência ao disposto no inciso II - devolução do recurso - o beneficiário será inscrito em dívida ativa do Município.

Art. 6º. Para fins do disposto neste Decreto consideram-se espaços culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

I - pontos e pontões de cultura;

II - teatros independentes;

III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;

IV - circos;

V - cineclubes;

VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;

VII - museus comunitários, centros de memória e patrimônio;

VIII - bibliotecas comunitárias;

IX - espaços culturais em comunidades indígenas;

X - centros artísticos e culturais afro-brasileiros;

XI - comunidades quilombolas;

XII - espaços de povos e comunidades tradicionais;

XIII - festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;

XIV - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;

XV - livrarias, editoras e sebos;

XVI - empresas de diversão e produção de espetáculos;

XVII - estúdios de fotografia;

XVIII - produtoras de cinema e audiovisual;



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

- XIX - ateliês de pintura, moda, design e artesanato;
- XX - galerias de arte e de fotografias;
- XXI - feiras de arte e de artesanato;
- XXII - espaços de apresentação musical;
- XXIII - espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;
- XXIV - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares; e
- XXV - outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros a que se refere o art. 4º deste Decreto.

CAPÍTULO III

DOS EDITAIS, DAS CHAMADAS PÚBLICAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS APLICÁVEIS

Art. 7º. O Município elaborará e publicará editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis, de que trata o inciso II do caput do art. 2º deste Decreto e conforme Inciso III do Art. 2º da Lei Federal 14.017/2020, por intermédio de seus programas de apoio e financiamento à cultura já existente ou por meio da criação de programas específicos.

§ 1º O Município deverá desempenhar junto ao Estado, em conjunto, esforços para evitar que os recursos aplicados se concentrem nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais.

§ 2º Dada à excepcionalidade evidenciada por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece situação de calamidade pública e do prazo disposto pela Lei Federal 14.017/2020 e pelo Decreto Federal 10.464/2020, o Município poderá flexibilizar os prazos, fases e demais procedimentos dos certames e também flexibilizar a exigência atinente às certidões de regularidade fiscal, informando no relatório de gestão final a ser inserido na Plataforma Mais Brasil:

- I - os tipos de instrumentos realizados;
- II - a identificação do instrumento;



III - o total dos valores repassados por meio do instrumento;

IV - o quantitativo de beneficiários;

V - para fins de transparência e verificação, a publicação em Diário Oficial dos resultados dos certames em formato PDF;

VI - a comprovação do cumprimento dos objetos pactuados nos instrumentos; e

VII - na hipótese de não cumprimento integral dos objetos pactuados nos instrumentos, a identificação dos beneficiários e as providências adotadas para recomposição do dano.

§ 3º A comprovação de que trata o inciso VI do caput deverá ser fundamentada nos pareceres de cumprimento do objeto pactuado com cada beneficiário, atestados pelo gestor do ente federativo responsável pela distribuição dos recursos se o cumprimento do objeto pactuado ocorrer durante o seu período de gestão, cabendo ao próximo agente público comprovar o seu cumprimento.

§ 4º Cabe ao agente público vigente à época observar a fidelidade das informações a serem apresentadas no relatório de gestão final e os prazos de inserção na Plataforma Mais Brasil, podendo, em caso de não observância ou descumprimento, ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei.

§ 5º Por tratar-se de informação de utilidade pública, o Município dará ampla publicidade no sítio eletrônico oficial às iniciativas apoiadas pelos recursos recebidos na forma prevista no inciso III do caput do art. 2º e transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, cujo endereço eletrônico deverá ser informado no relatório de gestão final, sem a aplicabilidade, nesse caso, das vedações referentes à publicidade em período eleitoral.

CAPÍTULO IV

DA OPERACIONALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS, DA PROGRAMAÇÃO E DOS PRAZOS

Art. 8º. Os recursos destinados ao cumprimento do disposto nos incisos I e II do art. 2º deste Decreto serão executados de forma descentralizada, por meio de transferências da União ao



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

Fundo de Cultura do Município, por intermédio da Plataforma + Brasil, instituída pelo Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, cujo valor será inserido em programação orçamentária específica e extraordinária a ser publicada em Decreto Municipal.

§ 1º O prazo para publicação da programação ou destinação dos recursos de que trata o art. 2º será de sessenta dias, contado da data de recebimento dos recursos.

§ 2º Para cumprimento do disposto neste artigo, considera-se como publicada a programação constante de dotação destinada a esse fim na lei orçamentária vigente divulgada em Diário Oficial ou em meio de comunicação oficial.

§ 3º A publicação a que se refere o § 4º deverá ser informada no relatório de gestão final a ser inserido na Plataforma Mais Brasil.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS REVERTIDOS

Art. 9º. Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de sessenta dias após a descentralização ao Município será objeto de reversão ao Fundo Estadual de Cultura.

Parágrafo Único: O Município transferirá o recurso objeto de reversão diretamente da sua conta bancária criada na Plataforma +Brasil para a conta do Estado de que trata o § 4º do art. 11 no prazo de dez dias, contado da data a que se refere o caput.

CAPÍTULO VI

DAS DEVOLUÇÕES

Art. 10º. Encerrado o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, o saldo remanescente da conta específica do Fundo de Cultura do Município será restituído, no prazo de dez dias, à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.



CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 11º. O Município apresentará o relatório de gestão final a que se refere o Anexo I à Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data em que se encerrar o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, sob pena de responsabilização do agente público responsável à época desta apresentação e as devidas providências para recomposição do dano.

Art. 12º. O Departamento de Cultura, Turismo e Esporte da Secretaria Municipal de Educação deliberará a fim de tratar dos assuntos relacionados à Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, sendo que todos os atos devem ser aprovados pelo Conselho legalmente constituído e reunido, exceto atos meramente administrativos.

Art. 13. Fica criada a Comissão de Cadastramento e Avaliação Municipal da Lei Aldir Blanc em Jerônimo Monteiro/ES, que terá a função de proceder ao recebimento, acompanhamento e análise de todos os pedidos de Cadastro, com seu funcionamento na sede da **Biblioteca Municipal Maria Geaquinto**, situada na Avenida Doutor José Farah, 75, Centro - Jerônimo Monteiro Espírito Santo, pelo telefone e whatsapp (28) 3558-1973 ou no endereço de e-mail: bmmariageaquinto@gmail.com.

Parágrafo único. A Comissão de Cadastramento Municipal da Lei Aldir Blanc será composta por 2 (dois) servidores públicos lotados **Biblioteca Municipal Maria Geaquinto**, sendo que esta Comissão terá sua vigência até 31 de dezembro de 2021.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º. Os casos omissos suscitados na execução do presente Decreto serão apresentados ao Conselho Municipal de Política Cultural instituído pela Lei Municipal nº 1.171/2005 cuja deliberação será homologada pelo gestor responsável pelo recurso e publicada pelo chefe do Poder Executivo Municipal no uso de



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

suas atribuições legais por meio de emendas aditivas, modificativas ou supressivas a esse Decreto respeitando o regulamento e a Lei federais.

Art. 15º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jerônimo Monteiro, ES, 06 de novembro de 2020.

SERGIO FARIAS FONSECA

Prefeito Municipal

KLEBER GASPAS FILGUEIRAS

Procurador Geral

VILMAR LUGÃO DE BRITTO

Secretário Municipal de Educação



ANEXO A – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AUTÔNOMO)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Contratante: (Nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade R.G. nº xxxxxx e inscrito no CPF/MF nº xxxxxxxx, residente e domiciliado na (Rua), (número), (bairro), (CEP), (Cidade), (Estado);

Contratado: (Nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade R.G. nº xxxxxx e inscrito no CPF/MF nº xxxxxxxx, residente e domiciliado na (Rua), (número), (bairro), (CEP), (Cidade), (Estado);

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços e honorários de profissional autônomo de Administração de Empresas, têm entre si justos e acordados quanto segue:

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA 1ª: O presente instrumento tem como objeto, a prestação de serviços de administração, sendo que, em sua vigência, o contratado deve manter seu registro regularizado no Conselho Regional de Administração, sob pena de ser considerado extinto o presente instrumento.

CLÁUSULA 2ª: O contratado executará os serviços diretamente a contratante ou aos clientes por estes indicados.

DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 3ª: O contratado prestará os seguintes serviços (descrever detalhadamente os serviços prestados).

DOS HONORÁRIOS

CLÁUSULA 4ª: O contratado perceberá o valor integral dos três primeiros clientes, a título de honorários pelos serviços



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

descritos na cláusula anterior, pagos pela Contratante, no mínimo o valor de R\$ xxxxx (Valor), sendo que a partir do quarto cliente receberá 20% do valor líquido estipulado do contrato.

CLÁUSULA 5ª: Fica estabelecido que são obrigações da Contratante:

- a) efetuar o pagamento, de acordo como estabelecido na cláusula terceira do presente contrato.
- b) fornecer para o Contratado, cópias dos contratos efetivamente realizados.
- c) fornecer ao contratado, materiais e informações, indispensáveis ao seu serviço, facilitando a prospecção dos negócios.
- d) fica vedado ao contratante, negociar abatimentos, descontos ou dilações de prazo para o pagamento e execução dos serviços, sem o prévio conhecimento e autorização do contratado.

CLÁUSULA 6ª: Fica estabelecido as seguintes obrigações do Contratado:

- a) cumprir o estipulado nos termos do presente instrumento contratual.
- b) obedecer as instruções da contratante, sobre os termos dos serviços a serem prestados aos clientes.
- c) prestar informações à contratante, sempre que esta lhe solicitar, informando sobre a execução de seus serviços e demais detalhes sobre a execução de suas atividades.
- d) não revelar detalhes de suas atividades a terceiros, bem como, informações sobre seus clientes.
- e) não intermediar abatimentos, descontos, ou dilação sem expressa autorização da contratante.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

CLÁUSULA 7ª: São motivos para que o Contratante rescinda o presente instrumento:

- a) desídia do contratado no cumprimento das obrigações assumidas para com a contratante e terceiros.
- b) praticar atos que atinjam a imagem comercial da contratante perante terceiros.
- c) deixar de cumprir o contratado ou qualquer das cláusulas dispostas no presente instrumento.

CLÁUSULA 8ª: São motivos para que o Contratado rescinda o presente instrumento:

- a) solicitar a contratante atividade que exceda o prestígio neste instrumento de contrato;
- b) deixar a contratante de observar quaisquer obrigações que conste no presente contrato;
- c) deixar a contratante de cumprir com o disposto na cláusula terceira deste contrato;
- d) por motivos de força maior.

CLÁUSULA 9ª: O presente contrato terá vigência por prazo indeterminado, porém, havendo interesse em sua rescisão, a parte interessada notificará a parte contrária, por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão do presente instrumento de contrato não extingue os direitos e obrigações que as partes tenham entre si e para com terceiros.

DO FORO

CLÁUSULA 10ª: As partes elegem o Foro desta Capital para dirimir judicialmente as controvérsias inerentes do presente contrato.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

E, assim, por estarem justos e contratados assinam o presente, em 2 (duas) vias de igual forma, teor, na presença das testemunhas abaixo:

Jerônimo Monteiro, 06/11/2020.

(Nome e assinatura do Contratante)

(Nome e assinatura do Contratado)

(Nome, RG, Testemunha)

(Nome, RG, Testemunha)



Diário Oficial Eletrônico

Município de Jerônimo Monteiro –ES

Poder Executivo

Jerônimo Monteiro, 06 de novembro de 2020 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III| Nº 1286–Lei Municipal 1.583 de

ANEXO B - DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins que o Sr(a).

_____, CPF: _____, referente ao pagamento de serviços de mão de obra relativos a _____

_____, para a Sr. _____ (a).
_____, no valor de R\$ _____.

Jerônimo Monteiro, ____/____/2020.

(Nome e assinatura de nome do Contratante)

(Nome e assinatura do Contratado)